

# O que o Fundo poderá pedir ao ministro

A. M. Pimenta Neves, correspondente em Washington.

A presença do ministro Dílson Funaro e de outros altos funcionários da Fazenda em Washington é aguardada a partir do próximo fim de semana, segundo disse uma fonte do Fundo Monetário Internacional, baseando-se em declarações do próprio ministro, mas por enquanto não se tem confirmação da data de sua chegada. Funaro havia dito que gostaria de conversar de novo com o diretor-gerente do FMI, depois que Jacques De Larosière houvesse recebido toda a documentação sobre o programa econômico do governo de 1986. A entrega da documentação foi concluída na última semana.

Entretanto, os técnicos do Fundo certamente pedirão informações adicionais, segundo a mesma fonte. "Isso é de praxe. As informações prestadas inicialmente pelos governos raramente são satisfatórias", disse.

A fonte não soube dizer se os técnicos teriam tempo de concluir seu exame do material recebido ainda esta semana. O chefe da Divisão do Brasil, Thomas Reichman, acaba de retornar de férias e a economista Ana Maria Jul prepara-se para assumir já em fevereiro um posto no Departamento de Câmbio e Comércio do Fundo.

Dia 17 expira o prazo da terceira prorrogação do acordo do Brasil com os bancos privados.

O governo tem dado a entender que pretende renová-lo por mais três meses. Durante esse tempo deseja obter dos bancos

aprovação para o reescalonamento das amortizações da dívida brasileira por dois anos, com os bancos cobrando spreads (taxas de risco) menores e dispensando o pagamento de comissões. Essas teriam sido as características de um acordo plurianual de reescalonamento a longo prazo das amortizações, se o Brasil tivesse tido condições e desejo de consolidá-lo.

Fontes do setor privado acham que não será muito difícil obter a prorrogação por mais 90 dias do acordo vigente. Para isso, os bancos provavelmente não exigirão "aval" informal do FMI para o programa econômico do governo. Mas, para um acordo mais longo e significativo, os bancos continuam pedindo um sinal favorável do FMI. As colas podem ser facilitadas se o País de fato abrir mão de dinheiro novo (novos empréstimos), como disse uma fonte bancária ontem.

O Brasil não precisa de fato fazer um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional se não tiver intenção de usar os recursos da instituição. Mas dificilmente o FMI dará seu aval a um programa que julgue inconsistente e insustentável. A impressão generalizada nos meios financeiros internacionais é que o Brasil não está fazendo o suficiente para conter a inflação.

De qualquer maneira, a importância de algum tipo de "presença" do FMI para o bom termo das negociações com os bancos e os credores oficiais ficou patenteada com a mudança da retórica oficial no Brasil. A relevância da instituição está sendo realçada pelo próprio ministro Funaro.